



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Meio Ambiente

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM CEARENSE DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DE BIODIVERSIDADE E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Data: 10 de junho de 2016

Local: Auditório da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA

Horário: 14:00h

O Presidente do Fórum, Secretário do Meio Ambiente - Artur Bruno, iniciou a terceira reunião ordinária do ano de 2016, convidando os membros para o Lançamento de duas publicações e Sessão Solene Alusiva ao Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca – Premiação da Medalha Joaquim Feitosa no dia 17 de junho às 11:00h na Assembleia Legislativa do Ceará. A cerâmica de Sobral foi escolhida pelo comitê pra ser agraciada com a Medalha. Magda Marinho – Gestora Ambiental SEMA, informou que na última reunião do GT foi solicitado pela equipe, a apresentação das metas dos Planos de Energia, Plano ABC e Plano Estadual de Resíduos Sólidos, para que o Plano Estadual de Mudanças Climáticas pudesse seguir as diretrizes que o Estado está seguindo para que seja estabelecidos metas reais. Artur Bruno falou sobre o documento feito pelo Fórum enviado ao Chefe de gabinete e ao Governador que os mesmos tomaram conhecimento, mais isso não impediu a votação do projeto de Lei das termelétrica.

Foi solicitado por Kurtis membro do Fórum representante do IBAMA, informações sobre o andamento do Cadastro Ambiental Rural – CAR. A técnica Mônica Freitas – Gestora Ambiental da SEMA, informou que a SEMA está agora com uma parceria com a SDA, EMATERCE, IDACE e SEMACE, em um Comitê Estadual para execução do CAR. Foi aprovado no mês passado pelo BNDS no valor de R\$ 20 milhões para SEMACE executar o CAR em 109 município do Ceará e os outros 73 ficaria a cargo de execução da SEMA que está em parceria com a APRECE para mobilizar os prefeitos e municípios. O projeto do BNDS está em discussão final na Semace, e a previsão de início é agosto de 2016. O IDACE está na fase de conclusão da malha fundiária. O prazo final para o CAR é até maio de 2017.

Dando seguimento à reunião, Elaine Cristina representante da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, solicitou ao Fórum que fosse incluído no Plano

Estadual de Mudanças Climáticas a importância de outros órgãos na construção do mesmo, como o setor de transportes, agricultura, etc. Em seguida Alexandre Araújo representante da UECE, pediu também que as partes atingidas fosse ouvidas e quais soluções deverão serem tomadas. Foi proposto a abertura de prazo, pra a finalização do Plano.

Dando continuidade foram apresentados as metas dos planos solicitados pelos membros do GT.

Metas do Plano Estadual de Resíduos Sólidos – Apresentado por Fabíola Martins – Gestora Ambiental da SEMA. O plano foi dividido em três prazos, o curto, o médio e o longo. O curto vai até 4 anos, o médio de 5 a 12 anos e o longo de 13 a 20 anos. O Plano tem vários eixos e dentro desses eixos são trabalhados metas mais pontuais. As metas do Plano Estadual de Resíduos Sólidos constituem marcos definidos para atender as disposições da Lei 12.305/2010, em que uma das metas obrigatórias constitui a implantação da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Dentre essas, estão metas sobre os seguintes aspectos: resíduos sólidos urbanos; resíduos sólidos de serviços de saúde; resíduos da construção civil; resíduos industriais; resíduos dos terminais de transporte; resíduos de saneamento; resíduos agrossilvopastoris e resíduos de mineração. Além de metas para ações de capacitação e educação ambiental continuada junto à sociedade; parcerias técnicas e financeiras entre o poder público, setor empresarial; e ações da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

A Lei da Política Estadual de Resíduos Sólidos foi aprovada. Estão sendo elaborados os Planos Regionais de Resíduos Sólidos. O Ceará foi dividido em 14 regiões e dessas, 3 regiões já possuem os planos elaborados de gestão de resíduos. Recentemente o CAOMACE (órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público) procurou a Sema para orientar os por está elaborando uma ação civil pública, os municípios que aderirem vão ter a disposição a SEMA para serem orientados sobre essa implementação. As metas foram construídas a partir da identificação dos aspectos críticos da situação atual.

Plano de Agricultura de Baixo Carbono no Estado do Ceará, Plano ABC – Apresentado por Marcos Vinícius Assunção – Engenheiro Agrônomo da Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA. Esse Plano é uma iniciativa do Governo Federal (MAPA, MDA, MMA) e foi criado para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (gás carbônico, metano e óxido nitroso) que ajudará o País a cumprir os compromissos assumidos na 15ª Conferência da

Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 15). Estão entre seus principais objetivos: reduzir as emissões de gases de efeito estufa oriundas das atividades agropecuárias; reduzir o desmatamento; aumentar a produção agropecuária em bases sustentáveis; ampliar a área de florestas plantadas; estimular a recuperação das áreas degradadas. implementar uma fonte de renda de longo prazo para o produtor rural e sua família; aumentar a oferta de madeira para fins industriais (celulose, papel e móveis), energéticas (carvão vegetal e lenha), construção civil e outros usos; reduzir o desmatamento de plantas nativas; capturar gás carbônico da atmosfera, reduzindo os efeitos do aquecimento global. A Oficina de Trabalho para elaboração do Plano de Ação de Implantação do Plano de Agricultura de Baixo Carbono no Estado do Ceará, Plano ABC-CE, foi realizada em Fortaleza no período de 28 a 31 de julho de 2014 nas dependências do CETREX/EMATERCE/SDA-CE.

O propósito da Oficina foi o de construir, de forma participativa, uma proposta para o escopo básico do Plano ABC – Estado do Ceará, no âmbito do “Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para uma economia de Baixa Emissões de Carbono na Agricultura. Não houve dificuldade para que o grupo chegasse ao consenso sobre o problema focal, formulado como a agropecuária do Estado do Ceará contribui para a emissão de GEE. Abaixo estão os resultados, os quais devem ser alcançados para se atingir o objetivo formulado para o Plano:

Resultado 1 – Recuperação de pastagens degradadas

Resultado 2 – Ampliação das áreas com iLPF.

Resultado 3 – Adequação e ampliação de SPD.

Resultado 4 – Ampliação de áreas com FBN.

Resultado 5 – Introdução de Florestas Plantadas.

Resultado 6 – Implantação do Tratamento de Dejetos Animais.

José Ailton Leão Barboza – Engenheiro Mecânico – Sócio Administrador do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI. Fez uma breve apresentação sobre um projeto que ele desenvolveu, intitulado: Tecnologia de mitigação de emissão de gases de efeito estufa pela agroindústria nacional. Nessa apresentação ele abordou diferentes tecnologias de mitigação de emissão de gases de efeito estufa, dentre elas:

- Tecnologias para mitigação da emissão de Metano pela putrefação de sangues e vísceras de animais (resíduos de abatedouros).
- Tecnologias para mitigação da emissão de Metano pela fermentação de manipueira

(resíduos da mandioca).

- Tecnologia para mitigação da emissão de GEE's pela fermentação de vinhaça proveniente da indústria sucroalcooleira.

Por fim, Marcos Vinícius Assunção (SDA) falou que a grande dificuldade do desenvolvimento do plano ABC, são os recursos, porque tudo é financiado.

O representante da SEINFRA foi convidado para falar sobre as metas do Plano de Energia do Estado, confirmou presença, porém não compareceu à reunião.

Em seguida, o professor Alexandre Araújo representante da UECE, apresentou alguns resultados sobre o plano de mudanças climáticas. Lamentou a ausência do secretário. Ressaltou sobre os limites e objetivos para um avanço de um Plano sério, mas acrescentou que precisa que as metas gerais do Governo colabore para esse avanço.

Alexandre solicitou um debate de política pública para saber quem vai “pagar” essa conta. Falou da insatisfação com o chefe de Gabinete do Governo. Mostrou o cenário de 2015 à 2030 em relação às emissões de CO² no Estado do Ceará e como esse cenário irá se alterar diante das iniciativas que o Governo vem tomando no âmbito da produção de energia.

Sérgio, representante da COELCE, no Fórum, falou sobre a questão conceitual, que existe a questão da sustentabilidade, o equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental e que o equilíbrio dessas três forças é que faz com que a sociedade se desenvolva. Ressaltou a importância das Termelétricas para geração de emprego e renda e informou que elas só são acionadas em momentos de crise, quando o fornecimento por hidroelétrica não é suficiente para atender a demanda.

Isorlanda representante da UVA no Fórum, acha que a questão não é tirar tudo e deixar o ideal e nem deixar como está. Comentou o fato de que o Governador não recebe os membros do Fórum, e isso é uma coisa que está incomodando muito, considerando que o mesmo, foi criado por uma instância governamental. “Se ele não nos recebe até onde vai o impacto daquilo, politicamente falando, do que estamos fazendo aqui?”. A mesma pediu que se estabeleça um cronograma político, econômico, estratégico de que vai diminuir isso, mais a gente não tá vendo isso acontecer. Isorlanda comentou do incômodo da sala de reunião, do barulho, do entre e sai de gente da sala ao lado o tempo inteiro, tirando a concentração da equipe.

Magda Marinho, encerrou a reunião lembrando da importância de cada membro do Fórum, do respeito um com os outros, independente das opiniões serem divergente. Ao

final a Margareth representante da Funceme, informou que como encaminhamento ela juntamente, com a Magda (Sema) e a Paula (Sema) irão falar com o secretário Artur Bruno, sobre os rumos que serão dados para a conclusão do Plano Estadual de Mudanças Climáticas, que atualmente está parado.

Encaminhamentos:

- > Margareth Carvalho representante da FUNCEME, junto com Magda (Sema) e Paula (Sema) irão falar com Artur Bruno sobre as pendências relatadas nessa reunião;
- > Rever o Regimento Interno